

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

Marcos Macari

*Diretor-Presidente*

José Castilho Marques Neto

*Editor-Executivo*

Jézio Hermani Bonfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*

Antonio Celso Ferreira

Claudio Antonio Rabello Coelho

Elizabeth Berwerth Stuechi

Kester Carrara

Maria do Rosário Longo Mortati

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Maria Heloisa Martins Dias

Mario Fernando Bolognesi

Paulo José Brando Santilli

Roberto André Kraenkel

*Editores-Assistentes*

Anderson Nobara

Denise Katchuan Dognini

Dida Bessana

## O Legado de Foucault

Lucila Scavone

Marcos César Alvarez

Richard Miskolci

Organizadores

 FAPESP

 UNESP Editora

Punição, poder e resistências: a  
experiência do *Groupe d'Information sur  
les Prisons* e a análise crítica da prisão

Marcos César Alvarez

Introdução: reflexão e engajamento

Quando da morte de Michel Foucault, em 1984, mesmo Jürgen Habermas, que por diversas vezes havia manifestado suas críticas em relação às principais posições intelectuais de seu colega francês, não deixou de homenagear o filósofo de sua geração que teria atingido mais profundamente, com seus estudos polêmicos, o próprio coração da atualidade (Habermas, 1986).

Passados mais de vinte anos de sua morte, o pensamento de Foucault permanece um poderoso agulhão, capaz, por um lado, de problematizar questões ainda prementes no mundo contemporâneo, mas que, por outro, com frequência desconcerta aqueles que buscam uma instrumentalização fácil de suas pesquisas ou buscam discutir suas principais contribuições no interior de um campo especializado de conhecimento.

Seu pensamento parece refratário aos hábitos intelectuais arraigados, às investidas recorrentes dos comentaristas, à assimilação acadêmica tradicional. Se quando Foucault estava vivo, suas tentativas de desviar-se das polêmicas tradicionais pareceriam

alguns apenas uma forma de pedantismo intelectual, supostamente bem ao gosto dos intelectuais franceses, hoje se percebe mais claramente que ele buscava sobretudo deixar em aberto – para suas investigações e também para as pesquisas futuras – espaços de problematização, espaços de liberdade que pudessem tornar viáveis novas formas de reflexão e novas possibilidades de ação.

Tanto parece ser assim que mesmo a análise de sua trajetória intelectual não é uma tarefa simples. Difícil caracterizá-lo apenas como filósofo ou historiador, já que seus trabalhos, ao percorrem campos diversos, terminaram por influenciar pesquisas nas mais diferentes áreas de conhecimento. A organização tradicional de seus escritos, que divide cronologicamente sua trajetória de pensamento em três momentos principais – a Arqueologia do Saber, a Genealogia do Poder e a Genealogia da Ética –, podem ser justapostas outras caracterizações possíveis. Salma Tannus Muchail (2002), por exemplo, ao discutir outros critérios de organização dos escritos de Foucault, reapresenta o fio condutor que percorre a trajetória do seu pensamento da seguinte forma:

Digamos que se trata da relação entre sujeito e verdade, ou mesmo do sujeito com sua verdade; que estas relações são tomadas no jogo entre o estabelecido e o mutável, vale dizer, entre o *Mesmo* e o *Outro*; e ... que, neste jogo, as relações são visíveis e dizíveis de modos diversos, isto é, que *olhares e dizeres* – analoga-mente aos pólos do *idêntico* e do *estranho* – são sedimentados ou mobilizadores, dependentemente daquilo que nós, historicamente, somos capazes de ver e dizer. (Muchail, 2002, p.302; grifos no original)

Do mesmo modo, ao problematizar a própria figura do autor como princípio por excelência de organização dos discursos historicamente produzidos e ao defender, por vezes, a apropriação instrumental

das idéias dos autores que considerava importantes, Foucault parecia desejar que seus textos fossem tomados não como repertórios de noções e conceitos dirigidos apenas a acadêmicos e especialistas, mas sobretudo como convites para que indivíduos e grupos diversos pudessem estabelecer novas experiências históricas, além das relações de poder, de saber e de subjetivação hegemônicas na sociedade moderna.

Sem dúvida, Foucault foi com frequência mal interpretado e muitos contemporâneos não viram coerência nenhuma entre sua trajetória intelectual e o papel de intervenção política que assumiu sobretudo a partir da década de 1970. Análises mais recentes, no entanto, têm apontado para o modo pelo qual se articulavam suas intervenções na cena política e social e seus trabalhos de pesquisa. Como afirma Francesco Paolo Adorno, a publicação dos textos dispersos de Foucault, recolhidos em *Dits et écrits*, tem contribuído de modo significativo para a melhor compreensão do contexto de suas intervenções na cena política e intelectual de seu tempo (Adorno, 2004). Da mesma forma, a recente publicação dos arquivos do *Groupe d'Information sur les Prisons* (GIP), criado em 1971 e autodissolvido em dezembro de 1972 e no qual Foucault teve destacada participação, vai na mesma direção (Artières et al., 2003).

Não se trata, no entanto, ao cotejar seus trabalhos de pesquisa, seus textos dispersos e aspectos das lutas políticas e sociais que então se desenrolavam na França, de buscar algum tipo de articulação perfeita entre teoria e prática ou de encontrar a chave de interpretação de seus textos heterogêneos na unidade de uma trajetória biográfica ou de uma situação social. Pelo contrário, trata-se de acompanhar, em determinados momentos precisos, como Foucault alternou experiências de pensamento e experiências de militância, embora o tipo de militância por ele perseguida apontasse para sentidos novos e inesperados.

Geralmente, dois momentos são considerados privilegiados para a compreensão dessa complexa alternância que Foucault buscou por vezes desenvolver, sobretudo na década de 1970, entre sua reflexão histórico-filosófica e seu engajamento em questões da atualidade. Esses dois momentos são a criação do já citado GIP, em 1971, e as “reportagens” que realizou, em 1978, a convite do redator-chefe do jornal italiano *Il Corriere della Sera* que tratavam da sublevação popular no Irã.

Para a presente discussão, sua atuação no GIP ganha maior destaque, pois foi seguida da publicação, em 1975, de *Vigiar e punir*, livro no qual Foucault desenvolve uma análise aprofundada da história da prisão moderna e do poder disciplinar que nela se manifesta de modo exemplar. Na verdade, nesses dois momentos desenvolvem-se mais claramente alguns aspectos daquela alternância ou revezamento,<sup>1</sup> desejado por Foucault, entre reflexão e engajamento, já que sua participação no GIP ocorreu, em princípio, como uma espécie de prolongamento das reflexões históricas que havia realizado sobre o aprisionamento psiquiátrico, sendo posteriormente a condição de possibilidade da reflexão realizada em *Vigiar e punir*.

A ideia a ser aqui desenvolvida é a de que na interface desses dois momentos de sua trajetória – a participação no GIP e a subseqüente publicação de *Vigiar e punir* –, a conexão entre engajamento e reflexão intelectual ganha contornos mais expressivos que podem melhor revelar as coerências e tensões presentes na forma de ação que Foucault definiu como própria ao novo papel do intelectual na atualidade, ao “intelectual específico”.

<sup>1</sup> Como será apontado posteriormente, Deleuze utiliza essa expressão em conversa realizada em 1972 com Foucault, na qual afirma que ambos estariam buscando viver de maneira nova as relações entre teoria e prática, não mais pensando essas relações como um processo de totalização, mas sim como um conjunto de revezamentos (Foucault e Deleuze, 1979).

### A gênese do *Groupe d'Information sur les Prisons*

O GIP foi menos uma organização do que um tipo de mobilização,<sup>2</sup> até então inédita, em torno das lutas que se travavam contra o endurecimento das políticas de segurança do governo francês no início da década de 1970. Como resposta à “agitação” de Maio de 68, buscava-se restaurar a autoridade do Estado por meio de diversas medidas repressivas, tais como a dissolução do grupo maoísta da Esquerda Proletária (*Gauche Proletarienne*) e o projeto de lei que buscava responsabilizar penalmente os organizadores de manifestações públicas.

É nesse clima de crescente exceção que muitos militantes de esquerda passaram a ser presos, o que acabou chamando a atenção de alguns intelectuais não apenas para as precárias condições de encarceramento dos prisioneiros políticos, mas também para a situação cotidiana em que se encontravam os presos comuns e para a situação mais geral do sistema prisional francês, temas até então de pouco interesse para a assim chamada opinião pública.

O recrutamento das lutas políticas, agora também no interior das prisões, levadas a cabo pelos militantes de esquerda detidos, quer por meio de greves de fome, quer pela mobilização de intelectuais e estudantes universitários, acabou desembocando em uma onda de motins que se estendeu pelos estabelecimentos penitenciários franceses durante o inverno de 1971-1972. Nesse momento, Foucault conhecia a situação de diversos estabelecimentos penais, pois era um dos animadores do GIP, que desenvolvia atividades nas várias prisões na França.

O GIP fora criado no início de 1971 por Foucault, Pierre Vidal-Naquet e Jean Marie Domenach. Embora tal grupo se organizasse

<sup>2</sup> Para a história do GIP, foram consultados Arières (2003 e 2004) e Erbon (1990).

no citado contexto de forte mobilização política em torno dos militantes de esquerda aprisionados, seus objetivos pretendiam escapar às formas tradicionais de luta política dos grupos de esquerda de inspiração marxista. Na verdade, a intervenção desses intelectuais pretendia efetuar uma dupla ruptura, tanto com relação ao ponto de vista marxista, que via nos prisioneiros comuns apenas um lumpemproletariado desviante e reacionário, quanto com relação à estratégia que consistiria em estender as lutas políticas tradicionais a esses prisioneiros comuns. O objetivo seria, pelo contrário, mostrar que a prisão em si mesma seria um lugar por excelência de exercício do poder e, logo, de luta política. Assim, buscava-se sobretudo dar a conhecer a prisão e por isso a luta pela informação constituía um dos objetivos centrais do grupo, que passou a reunir numerosos testemunhos sobre a prisão, escritos em geral pelos detentos.

Se o GIP não visou jamais a estimular as revoltas que se seguiram nas prisões francesas, ao dar visibilidade à situação de encarceramento em algumas instituições, indicava claramente que essas revoltas eram esperadas. A intervenção de Foucault nesse contexto de lutas, apesar do prestígio intelectual que ele desfrutava na França da época, limitava-se justamente a ouvir as reivindicações que emergiam dessas sublevações, a chamar a atenção para a situação intolerável das condições de encarceramento então vigentes. Para Foucault, a revolta dos presos não tinha por objetivo a destruição das prisões ou a fuga em massa, mas reivindicações muito precisas, exigências simples que incidiam principalmente sobre a rotina de detenção. Não se tratava para ele de um movimento revolucionário – tal como era interpretado na época pela esquerda tradicional –, mas de uma sublevação, pela qual os presos se constituíam como uma força coletiva diante da administração das prisões. Ou seja, para Foucault, tal conjunto de acontecimentos não podia mais ser interpretado com base na noção de revolução, mas devia ser pensado como

uma nova subjetividade coletiva, que ao intelectual caberia identificar, diagnosticar, jamais liderar.

De acordo com esse novo ponto de vista, a prisão deixava de ser um problema local e marginal, de pouco interesse para a reflexão intelectual e para a mobilização política, para ganhar destaque nas lutas políticas da época. O próprio Foucault parecia se surpreender com o interesse criado em torno dos discursos dos detentos e com a possibilidade de visualização dos mecanismos de poder que as investigações sobre a prisão poderiam viabilizar:

Fiquei surpreso de ver que se podiam interessar pelo problema das prisões tantas pessoas que não estavam na prisão, de ver como tantas pessoas que não estavam predestinadas a escutar esse discurso dos detentos o ouviam. Como explicar isso? Não será que, de modo geral, o sistema penal é a forma em que o poder como poder se mostra de maneira mais manifesta? ... A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral ... O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde. (Foucault e Deleuze, 1979, p.72-3)

A experiência do GIP pretendia, desse modo, criar condições para que os presos pudessem falar por si mesmos, mas essa nova posição trazia uma série de novos questionamentos. Em primeiro lugar, rompia-se com a idéia tradicional do intelectual como consciência lúcida dos explorados ou oprimidos, representante daqueles que não podiam falar. Em segundo lugar, não se buscava a produção imediata de uma teoria sobre a delinquência ou a prisão, mas sobretudo criar espaço para o contradiscurso dos prisioneiros ou daqueles que eram considerados delinquentes.

Novas vozes, portanto, implicavam uma reconfiguração ampla da forma como o intelectual crítico se posicionava diante dos mo-

vimentos e das lutas sociais de seu tempo. Na década de 1980, muito se discutiria no interior da teoria social sobre a emergência dos assim chamados novos movimentos sociais, mas a experiência do GIP já apontava para essas inéditas configurações das lutas sociais. Daniel Defert, por exemplo, interpreta de modo retrospectivo o GIP justamente como uma espécie de movimento social de transição entre, de um lado, as tentativas das organizações da esquerda tradicional que, no pós-1968, buscavam readequar as formas de ação coletiva que então emergiam e, de outro, o surgimento efetivo dos novos movimentos de liberação (sobretudo das mulheres e dos homossexuais), que escapam significativamente, nas suas formas de recrutamento, nos seus modelos de análises e nos seus objetivos políticos, das formas tradicionais de ação coletiva, movimentos que poderiam ser classificados não somente de políticos, mas de socioéticos, uma vez que se tratava de subverter as relações de poder, as hierarquias e os valores (Defert, 2003, p. 326).

É nesse contexto político e social que emergem novas formas de ação coletiva e se coloca, em consequência, a necessidade de redefinição do papel do intelectual militante. Se o modelo de engajamento personificado pela figura de Sartre ainda era dominante, outra figura estava a caminho de nascer. Apesar da autodissolução posterior do GIP, em tal experiência Foucault buscou justamente colocar em prática sua nova concepção de engajamento intelectual – a do intelectual específico – , uma atuação empreendida não mais em nome de valores universais, mas com base na crítica de práticas cotidianas de poder que deveriam ser denunciadas como intoleráveis. Em conversa na época com o próprio Foucault, Deleuze demonstrava grande entusiasmo com as possibilidades abertas por esse novo empreendimento, que colocava em outro patamar a relação entre teoria e prática e que Foucault exemplificava perfeitamente com sua própria trajetória:

você começou analisando teoricamente um meio de reclusão como o asilo psiquiátrico, no século XIX, na sociedade capitalista. Depois você sentiu a necessidade de que pessoas reclusas, pessoas que estão nas prisões, começassem a falar por si próprias, fazendo assim um revezamento. Quando você organizou o GIP (Grupo de Informações dentro das Prisões) foi baseado nisso: criar condições para que os presos pudessem falar por si mesmos ... Não havia aplicação, nem projeto de reforma, nem pesquisa no sentido tradicional. Havia uma coisa totalmente diferente: um sistema de revezamentos em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos... (Foucault e Deleuze, 1979, p. 70)

Se o GIP apontava para novas formas de ação coletiva e se, diante delas, o intelectual deveria abrir mão de seu papel tradicional de agente totalizador, de porta-voz autorizado dos oprimidos e admitir que as relações entre teoria e prática deveriam ser mais parciais e fragmentárias, nem por isso novas tensões e conflitos deixariam de estar presentes nessa nova configuração das lutas sociais.<sup>3</sup> Embora o GIP tivesse obtido considerável sucesso, grupos de presos não tardaram a reivindicar independência com relação a seus padrinhos intelectuais, e Foucault experimentou um sentimento de fracasso após sua autodissolução (Eribon, 1990).

De qualquer modo, a experiência do GIP acabou tornando-se emblemática do engajamento político do filósofo e de suas reflexões acerca da necessária reconfiguração do papel do intelectual diante dos novos movimentos sociais que emergiram no pós-68, a despeito de a história do GIP ultrapassar em muito a figura do próprio Foucault e merecer ainda estudos mais aprofundados.

<sup>3</sup> Sobre as discussões que Foucault desenvolveu no período sobre a relação entre o intelectual e a política, ver Koerner (2000).

### *Vigiar e punir e a visibilidade do poder disciplinar*

Após a experiência do GIP, Foucault publica em 1975 o livro *Vigiar e punir*. Nele Foucault estuda as transformações das práticas penais na França, da Época Clássica ao século XIX. E, no interior dessas transformações, um problema se destaca: o papel central que a prisão passa a desempenhar na penalidade moderna. Foucault questiona o modo como a prisão se tornou a pena por excelência, não mais voltada para o suplício ou o castigo simbólico e exemplar, mas sim para a disciplina do corpo e da “alma” do detento.

O livro se abre com a descrição de um suplício no século XVIII. Ao descrever o corpo supliciado, esquarterado, queimado, Foucault não pretende simplesmente denunciar um ritual bárbaro, superado pelo humanismo. Pelo contrário, o olhar rigoroso que se detém nesse espetáculo aterrador visa a mostrar que o suplício na verdade define o estilo penal de uma época. As práticas do suplício, longe de serem apenas atos selvagens, possuem uma lógica específica: o suplício é, ao mesmo tempo, um procedimento técnico e um ritual. Como procedimento técnico, o suplício pretende produzir uma quantidade de sofrimento que possa ser apreciada, comparada, hierarquizada, modulada de acordo com o crime cometido. Há uma “arte quantitativa do sofrimento” que correlaciona “o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas” (Foucault, 1977, p.34). Como ritual, visa a marcar o corpo da vítima, tornar inflame o criminoso, ao mesmo tempo que a violência que marca é ostensiva, caracteriza-se pela demonstração excessiva do poder daquele que pune.

Com a descrição detalhada do suplício, Foucault apresenta o regulamento de uma casa de detenção para jovens em Paris, redigido no século XIX. Nele, o que está em jogo não é mais o suplício do corpo, mas o controle minucioso das atividades, a uti-

lização meticulosa do tempo. É esse deslocamento que Foucault pretende investigar: como o espetáculo punitivo do suplício, no qual o que estava em jogo era o poder do soberano, será substituído por outro tipo de punição, disciplinar, minuciosa, voltada para a construção de corpos dóceis.

Em linhas gerais, podemos dizer que, de acordo com Foucault, as práticas disciplinares se caracterizam por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada indivíduo tem um lugar especificado, desempenhando também aí uma função útil. Esses locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. Em termos espaciais, portanto, cada indivíduo ocupa um lugar ao mesmo tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial em que se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. As disciplinas implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, visando a obter assim uma utilização crescente de todas as atividades ao longo do tempo. Distribuídas no espaço e controladas temporalmente, as disciplinas combinam ainda os indivíduos de modo que obtenham um funcionamento eficiente do conjunto por meio da composição das forças individuais.

Esse novo poder disciplinar será, desse modo, um poder voltado para o “adestramento” dos indivíduos. E, para isso, esse poder utilizará alguns mecanismos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, pelo olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve se sentir permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica toda uma micro-penalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade, visando aos comportamentos desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizante que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvo do poder disciplinar.

Nessa análise da prisão em *Vigiar e punir*, Foucault retoma a ideia, já apresentada na citada conversa com Deleuze, em 1972, de que a prisão não é uma instituição marginal, que apenas diz respeito aos delinquentes que lá são punidos, mas sim uma espécie de laboratório das relações de poder do mundo moderno, pois a tecnologia de poder que se constitui no interior das prisões acaba por espalhar-se por toda a sociedade, em instituições como fábricas, hospitais, escolas etc., acabando mesmo por desenhar uma “sociedade disciplinar”, ou seja, uma sociedade permeada por uma rede de instituições e práticas de poder disciplinares.

Como já foi dito, esse novo poder disciplinar tem na visibilidade um de seus traços mais característicos, visibilidade que permite o exercício anônimo do poder. Por isso o Panóptico de Bentham é a figura arquitetural que sintetiza os novos dispositivos de poder disciplinares. O Panóptico aponta para instituições de visibilidade total, nas quais o poder se exerce de maneira automática e desindividualizada e os indivíduos sujeitos a esse poder são treinados, modificados em seus comportamentos. E o que é importante no Panóptico é que ele se tornou um modelo generalizável, um modelo da nova tecnologia política disciplinar. Com isso, esse modelo será aplicado em todos os lugares em que se faz necessário controlar e produzir determinados comportamentos numa multiplicidade de indivíduos, podendo servir para corrigir prisioneiros, cuidar de doentes, instruir escolares, guardar loucos, controlar operários, fazer trabalhar ociosos etc.

Assim, Foucault mostra que, se o suplicio tornou-se rapidamente intolerável, a partir da segunda metade do século XVIII, o que permitiu efetivamente sua supressão, ao menos como ritual público de punição, foi a transformação das práticas de poder no interior da sociedade e a conseqüente generalização do poder disciplinar, baseado na vigilância dos indivíduos, no adestramento dos corpos e na normalização dos comportamentos.

Muitos viram na análise desenvolvida em *Vigiar e punir* uma referência, por parte de Foucault, em relação à condenação do suplicio como

forma de punição, um relativismo que não permitiria condenar um ritual bárbaro de mutilação, felizmente abandonado na modernidade.

A leitura de *Vigiar e punir*, com base no engajamento de Foucault nas lutas em torno do GIP, no entanto, aponta para outro caminho. Na realidade, ao colocar lado a lado o suplicio e a prisão moderna, Foucault estaria indicando sobretudo que as práticas prisionais – e o poder disciplinar a elas associado – é que deveriam ser tomadas como intoleráveis na atualidade.

Essa relação estreita da análise de *Vigiar e punir* com as lutas em torno do GIP, o próprio Foucault já indicava na abertura do seu livro, pois, para ele, antes do que uma intuição teórica ou uma descoberta histórica, foram as revoltas ocorridas na época em prisões em todo o mundo que haviam indicado o caminho de pesquisa a seguir. Revoltas dos corpos tanto contra as misérias cotidianas das condições de detenção quanto contra as prisões modelo. O que estava em jogo nessas revoltas era a materialidade dos poderes que se exerciam sobre os corpos dos condenados, a materialidade dessa “tecnologia de poder sobre o corpo” que nenhum discurso pretensamente humanista poderia mascarar. É essa tecnologia de poder que Foucault queria problematizar e tornar visível, era essa punição que ele queria denunciar como intolerável na atualidade.

Desse modo, ao apresentar, após a experiência do GIP, seu detalhado estudo histórico acerca da emergência da prisão moderna, Foucault de algum modo realizava aquele desejado revezamento entre teoria e prática. Se a experiência do GIP buscou sobretudo abrir espaço para que os presos contassem suas experiências no interior das prisões – ou seja, buscou apresentar novos dizeres acerca da experiência da prisão, não pautados pelos saberes criminológicos ou pelas promessas dos discursos recorrentes dos reformadores –, a pesquisa de *Vigiar e punir* buscou em especial tornar visível o olhar disciplinar que nela opera e, ao mesmo tempo, apresenta-se disperso em tantos outros ambientes sociais. Olhar curiosamente assimétrico, pois implica ver sem

ser visto, cabendo à análise crítica torná-lo visível, reverter o princípio da visibilidade em favor das resistências. Afinal, se, como afirma Artières (2004), o papel da Filosofia para Foucault consistia em tornar visível exatamente o que já estava visível, fazer aparecer o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós que nem sequer percebemos, no caso da prisão tratava-se de mostrar que o poder disciplinar que nela opera esquadrihando os espaços, adestrando os corpos e estabelecendo vigilância e controle não dizia respeito apenas aos detentos, mas ao homem moderno aprisionado em infinitas redes disciplinares e normalizadoras nos mais diversos campos sociais.

À objeção de que na análise de *Vigiar e punir* não apareceriam as vozes e ações dos presos, as múltiplas formas de resistência ao poder disciplinar, nem se daria importância ao sofrimento daqueles que são alvo da punição,<sup>4</sup> pode-se argumentar, em contrapartida, que são as resistências, que ganharam a cena política nas lutas simbolizadas em torno do GIP, na verdade, a própria condição de possibilidade da análise, como o próprio Foucault apontava no início do livro. E viabilizar a fala dos detentos implicava resgatar do silêncio absoluto o sofrimento anônimo dos muitos que cotidianamente eram detidos, vigiados ou castigados.

### Diagnóstico do tempo presente

Ao recuperar-se a atuação de Foucault no GIP e a posterior análise realizada em *Vigiar e punir*, pode-se vislumbrar a atuação de Foucault como o genealogista por excelência, que busca criticar as formas capilares de exercício do poder na sociedade moderna. De uma perspectiva complementar, surpreende-se igualmente um Foucault preocupado em abrir espaço para os dizeres silenciados pelas formas de saber e de

<sup>4</sup> Sobre a questão do sofrimento na análise de *Vigiar e punir*, ver Adorno (2000).

poder hegemônicas, formas que excluem a alteridade, circunscrevem toda diferença ao campo do conhecido e do imutável para evitar, assim, as incertezas da história e as possibilidades sempre presentes de mudança. A liberação da fala dos presos e a criação de espaços para os seus dizeres têm ainda, como contrapartida, um novo olhar sobre a prisão que, ao mesmo tempo, analisa criticamente como o poder disciplinar se baseia na visibilidade e na vigilância e caracteriza essa visibilidade como profundamente assimétrica. Romper essa assimetria, em grande medida, é o objetivo em *Vigiar e punir*.

Como já mencionado – e retomando a questão do engajamento de Foucault nas lutas políticas e sociais de seu tempo –, seu ativismo foi por diversas vezes visto como incompatível com o trabalho de pesquisa que realizava ou, na melhor das hipóteses, como atividade paralela, mas independente da obra. Em contrapartida, como afirma Artières, pode-se considerar que suas intervenções tinham sempre como objetivo o diagnóstico do tempo presente, assim como suas reflexões e pesquisas.

A análise sucessiva de sua atuação no GIP e de sua posterior investigação em *Vigiar e punir* exemplifica como Foucault efetivamente articulava engajamento e reflexão histórica e filosófica ao visar ao diagnóstico das questões da atualidade. Ao enfatizar essa articulação, no entanto, não se trata de modo nenhum, como já foi explicitado, de reconciliar de forma simplista autor e obra, biografia e pensamento. Afinal, o próprio Foucault, em experiências como a do GIP, buscava muito mais estilhaçar seu próprio estatuto de autor – e aqui novamente a oposição clara em relação a Sartre –, pois “o valor do diagnóstico não repousa num rosto, numa identidade de autor, mas no próprio diagnóstico” (Artières, 2004, p.35). Hoje, pode-se reconstituir aspectos teóricos e práticos desse engajamento, mas necessariamente para ferir de outro modo o tempo presente.

Enfim, agora que novos materiais estão sendo publicados acerca da atuação do GIP, será possível melhor aprofundar o trabalho, ao

mesmo tempo teórico e prático, de diagnóstico que Foucault procurou desenvolver.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). *Foucault, a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004. p.39-62.
- ADORNO, S. Dor e sofrimento, presenças ou ausências na obra de Foucault? *Cadernos da FFC*, Michel Foucault: Histórias e Destinos de um Pensamento. Marília: v.9, n.1, 2000, p.11-33.
- ARTIÈRES, P. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, F. (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.
- ARTIÈRES, P.; QUÉRO, L.; ZANCARINI-FOURNEL, M. (Org.). *Le Groupe d'Information sur les Prisons: archives d'une lutte*, 1970-1972. Paris: Éditions de L'Imec, 2003.
- DEFERT, D. L'émergence d'un nouveau front: les prisons. In: ARTIÈRES, P.; QUÉRO, L.; ZANCARINI-FOURNEL, M. (Org.). *Le Groupe d'Information sur les Prisons: archives d'une lutte*, 1970-1972. Paris: Éditions de L'Imec, 2003.
- ERIBON, D. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HABERMAS, J. Une flèche dans le cœur du temps present. *Critique*, Paris, Août/Septembre 1986, p.794-9.
- KOERNER, A. Foucault: o intelectual e a política. *Cadernos da FFC*, Michel Foucault: Histórias e Destinos de um Pensamento. Marília: v.9, n.1, 2000, p.1-10.
- MUCHAIL, S. T. Olhares e dizeres. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.299-308.